



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE BRASILEIRA PELA LEI 10. 639/2003: OLHARES SOBRE A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA

Michelle Santino Fialho; Anacleto Lira de Oliveira

*Universidade Estadual da Paraíba- michelle-fialho@hotmail.com
Universidade Estadual da Paraíba- carpefabula@gmail.com*

O referido artigo tem por proposta apresentar reflexões centradas nas práticas pedagógicas no tocante as relações étnicorraciais e, especificamente, na implementação da Lei 10.639/2003. Buscaremos estabelecer um diálogo entorno das questões culturais e identitárias sobre os afrodescendentes, sustentadas sob a lei que torna obrigatória os estudos sobre a cultura e as etnias africanas. Debater-se-á questões acerca da diversidade cultural e o reconhecimento constituído através de diversos processos que inserem os estudos e o conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira, permitindo com isso lançar novos olhares ao ensino de História.

PALAVRAS- CHAVES: Relações étnicorraciais, diversidade cultural, ensino de História.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre diversidade vem adquirindo um lugar relevante na prática educativa, apontando um novo percurso didático para se pensar e praticar o ato educativo e afirmando-se, ainda, como um valioso instrumento para a aprendizagem humana. A ênfase desta centralidade se constrói por meio de um conjunto complexo de análise da realidade étnica presente no contexto escolar, principalmente quando associadas ao contexto relacional entre educador e educando. É com tais elementos que se faz educação enquanto prática relacional que se supera e aponta para espaços mais amplos e por isso mesmo mais humanos.

A consciência e o reconhecimento de uma indiscutível bagagem cultural que emana das diversidades retratam e afirmam uma extrema valorização. Reafirmam-se hábitos peculiares provenientes de identidades culturais e costumes, absolutamente, construídos no cerne das práticas cotidianas, estabelecendo assim, novas ações de sociabilidades. Esse



processo oferece subsídios relevantes à medida que se concentram em um processo contínuo que configura diversas formas e influências/relações de modos singulares.

Educação é formação, estando assim ligada à autonomia, à liberdade, não apenas social, mas a liberdade do próprio ser. Como consequência desta dinâmica, há o aumento da busca por uma identidade, pelo reconhecimento e aceitação de uma educação que se faz alento para a prática pedagógica. E sob esta perspectiva, torna-se possível observar a forma como a educação se apresenta mediante o norteamento da ação educativa proposta pelas abordagens lançadas sobre a diversidade.

Em 2008 a Lei Federal nº 11.645 determinou que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígenas e ainda estabeleceu que serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BITTENCOURT, 2013, p. 101-102).

O sujeito imerso nesse espaço diverso torna-se, eminentemente, mutável, apto a absorver “multi-identidades”. Segundo Hall (2002) a visão de unificação torna-se imprópria, uma vez que a impossibilidade de apresentação de uma identidade plenamente unificada se faz presente. Tomamos conhecimento de uma variedade imensa de identidades, que transmutam pelos sujeitos garantindo-lhe uma feição multicultural.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2002, p.13).

Entender as implicações culturais retratadas e preservadas no cerne das comunidades negras e indígenas, considerando a necessidade da construção coletiva da sua história,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

evidencia uma ligação que une ambos os lados, onde as relações de parcerias são consolidadas.

A proposta de desenvolver esta pesquisa apoiou-se no interesse em estabelecer uma entorno da Lei 10. 639/2003, considerando a necessidade da construção coletiva e compreensão da história afro-brasileira. Com o decorrer do tempo, mudanças significativas no contexto étnico cultural emergiram, a fim de promoverem uma relevante transformação nos indivíduos enquanto sujeitos aptos a uma conscientização educacional, proporcionando um redimensionamento de concepções pautadas nas relações sócio-educativas.

No contexto da História cultural surgem novas perspectivas no fazer historiográfico. Os estudos sobre identidade, gênero, cotidiano, relações étnicorraciais, entre outros, são postos à tona como ferramentas de análise da realidade. Trazer os estudos étnicos para a escrita do historiador reflete, claramente, na abertura proposta pela Nova História. Com essas afirmações, torna-se mais claro que Clio apresenta-se, de fato, diante de uma diversidade que se fez presente no transcorrer historiográfico.

O objetivo principal desta pesquisa é inserir uma discussão sobre diversidade na prática educativa com base na Lei 10. 639/2003. Nesse ínterim, esse trabalho realizou-se a partir da análise do cenário cultural presente e dos avanços no que diz respeito ao tratamento com a Lei, na medida em que esta se desenvolve interligada ao ensino de História.

METODOLOGIA

Nossa opção metodológica dividiu-se em dois momentos. No primeiro deles, buscamos reafirmar nossa pesquisa tomando os referenciais teóricos como eixos propulsores dos estudos. Após levantamento e catalogação das fontes, a metodologia que desenvolvemos nesta pesquisa constituiu-se a princípio, da análise documental (Lei 10. 639/2003). Por meio da análise de alguns textos teóricos que reafirmaram as reflexões sobre diversidade, objetivamos perceber nas práticas pedagógicas significantes que nos levem a identificar aspectos de uma cultura afro-brasileira além dos avanços e dificuldades que conduzam na concretização da educação para as relações étnicorraciais.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADOS

Os resultados obtidos ao final da nossa pesquisa se mostraram em um patamar de imensa satisfação. Há, de fato, uma mudança anunciada. Evidencia-se a imensurável contribuição e o reconhecimento das relações étnicorraciais, uma vez que o despertar do interesse pela cultura, memória e história mostra-se de suma relevância para a reafirmação de uma educação que insira tais questões. A partir da realização das pesquisas, consolidamos possibilidades e oferecemos caminhos para estabelecer um ensino de História interligado às discussões sobre diversidade e grupos étnicos, ressaltando-os como sujeitos do conhecimento e produtores de sua realidade, uma vez que esta se mantém viva e atuante.

DISCUSSÃO

É certo que com o decorrer do tempo, mudanças significativas no contexto étnico cultural emergiram, a fim de promoverem uma relevante transformação nos indivíduos enquanto sujeitos aptos a uma conscientização educacional. O interesse pelos estudos étnicos tornou-se significativos ao longo dos anos 90, quando pesquisadores dedicados ao estudo de comunidades rurais negras, principalmente no Nordeste passam a ganhar visibilidade política e acadêmica. Embora esse fenômeno tenha consolidado um imensurável avanço nas discussões concernentes às questões da construção cultural e um aprofundamento direcionado à investigação histórica e social étnicas, poucas reflexões foram elaboradas do processo em si, no âmbito intelectual.

Nos últimos anos, a concepção sobre as diversidades e a forma de como se pensar suas condições socioculturais tem mudado lentamente e significativamente. Observa-se o levantamento de um forte debate sobre a diversidade a partir das contribuições, não apenas do elemento branco, mas também do negro e indígena. Tal investigação torna-se relevante, uma vez que se configurou a alto-definição dos grupos negros e indígenas enquanto portadores e personagens de uma história própria e de uma considerável diversidade de significantes culturais e de múltiplos saberes, inculcados em um processo que, possibilita então, o



norteamento do desenvolvimento dos grupos. Sobre isso, ressalta Maria Regina Celestino de Almeida:

Isto aponta para a possibilidade de recriação de suas identidades, culturas e histórias no interior das aldeias coloniais, a partir das novas necessidades vivenciadas na experiência cotidiana das relações com vários outros grupos étnicos e sociais. (ALMEIDA, 2009, p. 28).

Há, de fato, uma mudança anunciada. Evidencia-se a imensurável contribuição e o reconhecimento da diversidade, uma vez que o despertar do interesse pela cultura afro-brasileira e indígena, mostra-se de suma relevância para a reafirmação da convivência social, seja âmbito escolar, familiar ou em outros espaços de inserção social e participação cidadã.

Neste ínterim, convém destacar o texto intitulado “*Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa*”, de autoria de Silvia Hunold Lara. Este utiliza como eixo norteador a discussão acerca das transformações ocorridas no campo historiográfico, referentes aos estudos sobre a escravidão. Pensar estas questões, a partir do referencial da Silvia Lara, permite constituir novos significados, próprios de um universo altamente redefinido em termos de um novo espaço-tempo. Essas mudanças ocorreram ocasionando transformações significativas nas reflexões históricas. Tais transformações ocorridas no campo historiográfico, a partir da década de 80, impôs novos olhares aos estudos sobre escravidão, por exemplo, havendo com isso outras perspectivas de análises, desde as práticas cotidianas até as formas de resistência dos escravos.

Assim, pode-se falar em estudos voltados agora, para a família escrava e suas várias nuances. Porém, apesar dos novos olhares lançados ao campo historiográfico, os temas tradicionais continuaram adquirindo visibilidade. Da mesma forma, os estudos focalizaram os diversos significados envolvidos no termo liberdade, em especial, a relações que conduziram à transição para a liberdade. A partir desse momento, percebe-se a instauração de um diálogo que permite estabelecer contatos com a história social do trabalho. Sob esta perspectiva torna-se evidente que o caminho percorrido pela historiografia, em especial, pelos estudos sobre



escravidão, adentraram outros caminhos, dando possibilidade de se estabelecer outras análises.

Ainda com o respaldo da autora, pode-se acrescentar a influência dos Annales e, conseqüentemente, a emergência de novos recortes para a análise histórica. Assim como novos temas, também surgiram novos personagens, como aponta a autora:

Índios aldeados, administradores coloniais, homens livres pobres, comerciantes de pequeno e grosso trato, lavradores de cana e de alimentos foram sendo estudados no Norte, no Sul, nas Minas, nas áreas de lavouras e nos sertões. (LARA, 2005, p. 30).

Tudo isso ganhou fôlego a partir dos estudos sobre o Brasil no exterior, com destaque a publicações na França e nos Estados Unidos sobre o período colonial. E por tais razões, os estudos são colocados em um novo viés, o que permite situá-los em eminentes mudanças de perspectivas historiográficas.

Neste ínterim, os caminhos de acesso da memória cultural ressaltam os grupos étnicos como sujeitos do conhecimento e produtores de sua realidade, uma vez que esta se mantém viva e atuante, se constituindo a partir de uma grande diversidade de processos direcionados à construção de uma trajetória histórica própria, coletiva e uma autoconsciência identitária.

Em “*Ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03*” Lorena dos Santos discute sobre os interesses surgidos e pautados nos estudos sobre diversidade e, em especial, sobre a desigualdade sociocultural brasileira. O debate amparado no campo da diversidade impõe novos olhares ao ensino da história afro-brasileira e indígena. A autora mostra que os interesses por tais questões não surgiu por acaso, mas principalmente a partir dos movimentos sociais. Segundo Santos:

As últimas décadas, em nosso país, têm sido marcadas pela emergência de movimentos sociais e pela intensificação de debates, propostas e políticas visando o combate a desigualdades historicamente perpetuadas. (SANTOS, 2013, p. 57).



Na avaliação de Santos as mudanças ocorridas na Legislação brasileira, passaram a incorporar significativas transformações no intuito de acabar com as desigualdades. Nessa lógica, emerge, então, a necessidade de novas formas de conceber e praticar a educação. E, por consequência tais mudanças acabam se fazendo sentir também nos currículos, os quais tornam-se veículos de enfrentamento das desigualdades.

Há, portanto, um cenário cultural que sugere a inserção de espaços de expressões múltiplas. Em tal panorama estabelece-se o desafio para que as várias mudanças façam parte dos campos de ensino. A problemática se configura em traços imersos, também, na escola. Esta, por sua vez, torna-se um lugar de divulgação de preconceitos, sejam eles explícitos ou velados. Neste caso, o tratamento dessa temática irá trazer uma positividade para o contexto escolar, diante desses novos olhares para o ensino negro e as mudanças no currículo. Sobre essas mudanças, atenta a autora:

Considerando que os currículos escolares são artefatos culturais dinâmicos, em permanente processo de transmutação, em que novos componentes são constantemente introduzidos ao passo que os outros caem em desuso, quando voltamos nosso olhar para a introdução da temática africana e afro-brasileira como novos conteúdos obrigatórios devemos lembrar, então, que se tratam de conteúdos carregados de forte significação política e social, no contexto da sociedade brasileira. (SANTOS, 2013, p. 58-59).

Como atenta Gontijo (2009, p. 64): “A posição dos PCNs, portanto, é bastante clara no que diz respeito a reconhecer e valorizar os grupos minoritários que compõem o Brasil”. E é a partir desta compreensão que se tem acesso a experiências, eminentemente, peculiares no cerne das populações afro-brasileiras e indígenas. Atenta-se para os aspectos que nos leva a identificar uma teia de significações que passa a ser compreendida como aquela destinada a orientar uma identidade. Com ressalta Stuart Hall (2002, p. 48) “As identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

representação”. Entender, pois os grupos negros e indígenas como uma fonte de identidade cultural, impõe um novo espaço de visibilidade.

Seguindo tal linha de entendimento, chegamos nas discussões propugnadas pela Hebe Maria Mattos, no texto intitulado “O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. Na sua escrita, fica claro o lugar ocupado pelos indígenas diante da historiografia. Estes por sua vez, tornavam-se coadjuvantes na História do Brasil e, nas suas diversidades, criavam um novo caminho de sobrevivência. As espertezas dos índios ganharam destaque ao decorrer do texto, sendo perceptível a extraordinária capacidade de reformulação de suas culturas. Segundo a autora, nenhuma identidade é estática. Há sempre uma circularidade cultural imensa. Nesse contexto, Guinzburg (1989) afirma que torna-se evidente a presença de uma multiplicidade em termos de cultura que se processam, veementemente, no cotidiano, o que ele vem a chamar de Circularidade Cultural.

CONCLUSÃO

A partir de nossa pesquisa identificamos a importância do resgate da memória cultural, que até então é silenciada pelos registros oficiais, além da importância de inseri-la ao ensino, tendo em vista a necessidade de registro da história afro-brasileira.

A partir da apreensão desse pluralismo presente no cenário afro e na concretização dos laços sociais, apontamos para o aspecto da identidade cultural peculiar como condição necessária para seu reconhecimento cultural, rompendo definitivamente com visões abstratas que asseguram entendimentos equivocados em relação aos grupos étnicos.

Reafirma-se, portanto, um considerável avanço nas discussões referentes às questões e étnico-raciais incutidas no anseio da preservação histórica onde as manifestações culturais apresentam forte vínculo com o passado, partindo do reconhecimento e valorização da cultura incutida na espacialidade afro-brasileira. O conhecimento da ideia incutida na (re)significação das diversidades étnicas encontra-se, veementemente, direcionada a um processo de autorreconhecimento na tentativa de dar voz aos agrupamentos, objetivando uma transformação integral, com base nas dinâmicas socioculturais estabelecidas.



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Identidade étnica e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In.: . In.: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p.28-35

BITTENCOURT, Circe Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In.: PEREIRA, Amilcar Araújo; Monteiro, Ana Maria. (org.). Ensino de história e culturas afro-brasileira e indígena. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p.101-132.

GINZBURG, Carlo. Sinais- Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.144-179.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e ensino de história- a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p.55-73.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

LARA, Silvia Hunold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no império português- séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.

MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In.: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p.128-135.

SANTOS, Lorene dos. Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03. In.: PEREIRA, Amilcar Araújo; Monteiro, Ana Maria. (org.). **Ensino de história e culturas afro-brasileira e indígena**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p.57-83.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO